

NILTON BUENO FISCHER

Existem conceitos que estão tão ligados entre si que é fácil cair na tentação de ignorar suas fronteiras, tomando o conjunto ou tal ligação como naturais, indiscutíveis. É o caso, por exemplo, da educação e da sua ação social. Isto é, parece cada vez mais difícil pensar a atuação de educadores sem preocupação ou compromisso com a coletividade. Como se educar contivesse uma componente social independente de cultura, de geografia, de contexto histórico, de fatores externos. Como se pudesse se resumir a isso, sem contestação, sem dissenso.

Para refletir sobre o binômio pesquisa em educação e inserção social, esta edição da *Contrapontos* entrevista o professor Nilton Bueno Fischer, pensador e pesquisador da área.

Bueno Fischer é docente do Mestrado em Educação do Unilasalle, em Canoas (RS), e professor colaborador do programa de pós-graduação na mesma área na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do CNPq, Bueno Fischer tem produção focada em Educação Popular, Educação em Periferias Urbanas junto a jovens e adultos.

Na entrevista a seguir, feita por email, o professor discute a relação entre academia e sociedade, o diálogo entre pesquisadores e governos, bem como temas incômodos como assistencialismo, exigências burocráticas de agências de fomento e coerência científica, entre outros temas.

CONTRAPONOTOS - O senhor é um dos principais nomes da pesquisa brasileira quando o assunto é educação popular. Neste sentido, como analisa os esforços no país para inserção social da pesquisa na área? Existe algum encastelamento da academia neste sentido?

Nilton Bueno Fischer – Agradeço a generosa formulação da pergunta. Partilho com muitos colegas de nosso país e das mais diversas instituições, acadêmicas ou não, a preocupação em produzir conhecimento na área

da educação popular que, acima de tudo, seja portadora de uma proposta reflexiva no sentido de uma compreensão mais cuidadosa a respeito das classes subalternas.

O encastelamento da academia é uma parte instituinte da tradição da universidade. Claro que isso não é 'a' característica do saber produzido nessa instância. Em tempos outros, a preocupação de quem produzia uma pesquisa mais 'orgânica' (relacional) com os setores populares se filiava a abordagens diretamente relacionadas com os ditos 'interesses' desse importante segmento da nossa população. Algumas vezes, essa produção ficava desviada em sua energia inicial e se deixava seduzir por disputas e polêmicas no exclusivo terreno da academia. Mais recentemente - a presença da diversidade como 'postura' frente ao 'real' (múltiplo e com diferentes e complementares abordagens teóricas e metodológicas) no campo da educação e 'dentro' dos espaços institucionais (faculdades, centros de pesquisa, programas de pós-graduação, etc.) -, as duas formas de produção do conhecimento ('encastelada' e não encastelada) se tornam mais independentes desse cenário da disputa e convivem de maneira menos desgastante. A construção de um pensamento crítico, reflexivo e 'comprometido' com projetos emancipatórios se legitima pelo intenso processo de 'ir e vir' entre pesquisadores e os sujeitos da pesquisa (jovens em diversas formas identitárias; moradores das periferias urbanas; alfabetização de adultos; projetos geração de renda; ações culturais em suas diversas formas, etc.). Ir e vir eu denomino como a interativa relação entre objeto e objetivo do processo de pesquisa referido por José de Souza Martins em seu livro *Caminhada no Chão da Noite*.

Considero, portanto, que a inserção social da pesquisa na área se produz com esse leque enorme de abordagens teórico-metodológicas, construídas em bases éticas e com generosa atitude de explicitação de pressupostos que as sustentam.

Possíveis carreirismos, encastelamentos e outras formas de 'uso' sobre os saberes populares podem ter seus períodos de 'deslumbramento' no campo do visível, mas tendem a ter vida curta, considerando as limitações dessa postura de matriz prescritiva, 'de cima para baixo' e sem conectar objeto e objetivo de pesquisas com as classes subalternas.

CONTRAPONTO - Ainda com a preocupação da inserção social da pesquisa em educação, a Capes vem cada vez mais cobrando essa atuação dos programas de pós-graduação. Diante dessa exigência, como conjugar pesquisa científica

e ação social sem cair nas armadilhas do assistencialismo ou do simples cumprimento burocrático de uma indicação da agência de fomento?

Nilton Bueno Fischer – A inserção social pode ser interpretada de várias maneiras. Assim, uma pesquisa clássica com base em estatísticas e modelos e simulações pode ser bem mais ‘orgânica’ com setores populares, operários e da pobreza quando se abastece em sólidas informações que vão incidir em debates políticos (tanto das organizações e movimentos sociais, sindicatos, etc., assim com partidos e nas formulações de políticas públicas) e retirando a ‘demonização’ da pesquisa quantitativa, isolada em gabinetes, etc.

Ação social ficou entendida, em nossa tradição das ciências humanas e em especial na educação, como ‘inserção’, algo quase como ‘militância’ do conhecimento, da pesquisa, das instituições.

Entendo que nestes tempos, de quarenta e tantos anos - uso a referência dos 30 anos de balanço da educação popular feito pelo sempre querido educador e antropólogo, Carlos Rodrigues Brandão, em seu livro **Em Campo Aberto** - da Educação Popular em nosso país, vale lembrar que o contexto sociohistórico e cultural contemporâneo deve ser apropriado, por todos os envolvidos com a EP, do que ocorreu em nosso país. Isso certamente pode produzir uma frutífera aprendizagem para que certos equívocos e erros crassos não sejam repetidos. Assistencialismos, como está formulado na pergunta.

Agora, pensando alto, para o entendimento da avaliação institucional da CAPES, percebo que o foco não é bem esse (da inserção social e da conseqüente crítica de abordagens assistencialistas). Deduzo, pela leitura de avaliações do último triênio de alguns programas, que tal inserção se relaciona mais através do intercâmbio entre pesquisadores, das instituições e de programações acadêmicas ‘fertilizadoras’ por meio de intercâmbios, pesquisas partilhadas com outras instituições – dentro e fora do país – que podem resultar em indicadores mais afinados com as orientações (até agora, pelo menos) das agências de fomento.

CONTRAPONOTOS - De olho na pesquisa que acumulamos na área, como vimos contribuindo para um desenvolvimento social sustentável, principalmente nas regiões mais isoladas?

Nilton Bueno Fischer – O fenômeno do conhecimento ‘em rede’ tem sido estimulado tanto pela necessidade como pelas reflexões feitas por

Manuel Castells, Alberto Melucci e Boaventura Sousa Santos. Também está presente a tecnologia informatizada à nossa disposição. Temos, portanto, duas ferramentas estratégicas: propostas no campo da produção científica, bem como a informática (Internet). Pois bem, as regiões mais isoladas podem se habilitar 'conectivamente' com a produção acumulada, tanto em experiências concretas sobre sustentabilidade (e toda radicalidade que isso demanda) distribuídas em longínquos territórios do planeta como também se 'anunciarem' a partir do que fazem, produzem e refletem.

Talvez estejamos em tempos de menos retóricas e mais em 'experenciar' o conhecimento desenvolvido em inúmeros e micro espaços de nosso planeta, país, região. Com esta ênfase podemos ter mais e mais elementos da 'complexidade' desses 'entornos sociais' os quais, por sua vez, demandam uma socialização intensa por permanentes processos comunicativos.

CONTRAPONTO - Nossas questões anteriores permitem que nos perguntemos o que ainda pode ser objeto de pesquisa e reflexão na educação brasileira. É claro que os temas e as preocupações são muitos e vêm e vão, seguindo regras próprias. Mas mesmo assim, como – hoje, início de 2008 – podemos olhar para a produção científica da área e perceber demandas ainda não suficientemente atendidas e nichos fartos a serem explorados?

Nilton Bueno Fischer – Esta resposta está relacionada com a anterior. Se tomarmos as estruturas de nossas secretarias de educação, municipais e estaduais e a do MEC, vamos encontrar classificações dentro dos organogramas que talvez não tenhamos a compreensão de toda a nomenclatura apresentada. Talvez não tenhamos suficiente clareza da interconexão entre todos esses setores, segmentos, departamentos, divisões, coordenadorias, etc. O conhecimento produzido em nossas dissertações e teses também tem um enorme leque de focos, temas, metodologias e aportes teóricos. O mesmo se observa com a dinâmica 'expansionista' dos GTs e GEs que estão se agregando ao que era a estrutura inicial de nossa ANPED.

De um lado podemos expressar nossa satisfação pela 'captura' feita pelas estruturas existentes a respeito do emergente. As diferenças e as diversidades estão sendo contempladas sob todas as formas (conhecimento e institucionalização). Bem, ao gestor, ao agente de



CONTRA PONTOS

fomento, ao pesquisador e ao formulador de políticas públicas deve ter a 'magia' da conexão. O surgimento de 'redes' não foi somente uma proposta no plano político dos diversos atores sociais e nem a condição espacial (distâncias), pois as redes também estão no plano da gestão de um simples órgão burocrático!

Penso que neste momento estamos desafiados a fazer uma espécie de balanço sobre o existente e construirmos uma espécie de caminho ótimo, ou seja, o estabelecimento de prioridades.

Para tanto sugiro uma leitura do texto clássico do colega Miguel Arroyo: ***A Escola Possível***. Sem discutir o que acima estamos propondo, esse autor - quase 20 anos passados - já anunciava as limitações ou as relações entre a base material da escola (prédio, instalações, laboratórios, banheiros e os salários /carreira dos professores) e a qualidade do ensino para as classes populares.

Avançamos muito em superar o pré-conceito da 'carência cultural', mas não estamos agindo a partir desse enorme acúmulo do conhecimento sobre a educação em suas mais diversas áreas.

Talvez o momento esteja mais na retomada de temas clássicos e neles apostar mais em sua exeqüibilidade. Ou fazermos desses temas mais e mais relações que foram deixadas de lado a respeito de abordagens que problematizavam gênero, geração, sexualidade, ecologia, etc. em nome de uma espécie de ligação direta (e determinista muitas vezes) entre infra e superestrutura.

Salários justos, instalações condignas, escolas com 'infra' sem dúvida que suportariam mais a crise de sua qualidade.

Claro que não estamos isolados de uma sociedade concentradora, desigual e injusta com os setores populares (emprego, salários, infra na cidade, moradia e saúde). Penso que a sabedoria do uso do conectivo "e" poderia substituir o excludente "ou".

CONTRAPONTO - Talvez não seja possível pensar educação sem sua condição social, mas as ênfases que imprimimos nas questões desta entrevista são premeditadas e reforçam esse vínculo. Nesta direção, como o senhor avalia as políticas públicas para a educação? Os esforços para a universalização do ensino, alardeados pelos governos federal e estaduais, vêm se efetivando? Que pontos o senhor considera mais avançados? E os mais críticos?

Nilton Bueno Fischer – Acredito muito em processos sinalizadores de ‘autonomia’. Minha resposta se vincula mais diretamente com o Ensino Fundamental (básico e médio).

Para tanto, os pontos críticos estão postos, no plano das políticas públicas se concentram, ao meu ver, na função ‘fiscalista’ do estado (poder público) mais considerada que sua função pedagógica! Isso não é só no plano das contas, relatórios de verbas, etc.. Trata-se sim do que é projetado sobre as comunidades escolares na condição que mais garante a TUTELA do Estado do que o correr riscos de ações mais libertárias e de livre escolha dessas comunidades.

O mais avançado está no plano da explicitação das conquistas na gestão escolar (conselhos escolares); na elaboração de projetos com bases teóricas mais consistentes e de implementação didática. São inúmeros os exemplos da prática pedagógica qualificada, diferenciada e inovadora que ocorrem em nosso país.

Entretanto o que mais limita ‘a virada’ revolucionária se prende ao orçamento de nossas secretarias na consolidação de efetivos planos de carreira de nossos colegas professores e nos salários justos que deveriam ser consignados como reconhecimento da dignidade do trabalho em educação.

CONTRAPONTO - Por falar nesse tema, os poderes públicos – em especial os órgãos que implementam políticas educacionais – têm sido sensíveis aos acenos da academia? Há diálogos entre pesquisadores e governos? Em que medida?

Nilton Bueno Fischer – Sensibilidade para temas de pesquisa serem incorporados em nossas escolas depende muito da variável ‘tempo’. Muitos projetos precisam de uma ‘média e longa’ duração para se consolidarem e as políticas públicas, por outro lado, precisam (erroneamente) mostrar resultados a curto prazo (dentro dos mandatos das gestões). O tempo necessário para a consolidação de inovações, tanto na formação de professores, na ação concreta em sala de aula e, especialmente, no estabelecimento de uma ‘atmosfera’ de ousadias, liberdade, criação e riscos ainda se contam nos dedos o que têm de positivo.

Os diálogos existem, sem dúvida. As mediações de pesquisadores que ocupam cargos na burocracia pública e mesmo os eventos de formação são bons indícios dessa parceria. Mas se tomarmos as últimas

determinações, na minha área, que envolve EJA, já se pode ver que todo acúmulo do conhecimento ainda se mostra insuficiente quando o resultado esperado e sob a forma de normas e orientações ainda é mais de ordem 'normativa' do que consultiva, participativa e interativa com os pesquisadores da área, dos professores e instituições como escolas, ONGs, Igrejas, etc.

Esta pergunta poderia render muito se fôssemos desdobrá-la por instâncias de governo (municipais, estaduais e federal). A burocracia associada com as diferentes forças que compõe o espectro das gestões públicas pode retirar alguns ganhos que tanto os movimentos sociais, os projetos populares comunitários e mesmo sindicais trouxeram para a educação de jovens e adultos em nosso país. Medidas de contenção de despesas sobre tamanho de turma de EJA, turno das aulas, idade dos alunos vão produzindo medidas no plano da racionalidade administrativa (custos) e compreensão parcial dos interesses das comunidades, dos alunos e dos professores.

Diálogo há, isso é conquista democrática de todos nós, brasileiros. O que falta é uma porosidade do poder estatal em suas instâncias de gestão no sentido de apostar mais em projetos bonitos, desafiadores e competentes.

CONTRAPONOTOS - O senhor é o conferencista convidado para abrir a sétima edição do Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, a Anpedsul. O evento, que acontece em junho deste ano e que a Univali sedia pela primeira vez, terá como tema a relação entre pesquisa e inserção social. O que podemos esperar de sua fala?

Nilton Bueno Fischer – Espero simplesmente que a vontade de duvidar, de perguntar criticamente e de exercer a palavra como condição de liberdade possa ajudar nos processos de pesquisa.

A assunção de nossa identidade cultural, segundo Paulo Freire em sua última produção na **Pedagogia da Autonomia**, é a minha inspiração, assim como o Melucci ao refletir sobre o 'ato de nomear sua palavra' (não é só o 'oprimido' como se diz de Freire, mas de todos nós).

Produção de conhecimento como concretização de uma atitude 'curiosa' sobre o mundo, as coisas, as pessoas e tentar compreender qual a nossa contribuição como 'educadores-pesquisadores' é uma forma de 'convite' que espero fazer aos que estiverem no Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul.



CONTRA
PONTOS

Dentro dos meus limites, pretendo colaborar com um processo de pesquisa que se estabeleça em nossas agendas como algo lúdico, desafiador, criativo e reflexivo, perpassando nosso planeta interno e procurando conexões com o contexto sociohistórico que estamos vivendo nesta primeira década do século XXI.